

Análise psicossocial da violência contra a comunidade LGBTQ+

Myllena Sabóia Peixoto de Oliveira¹, Heitor Lima do Nascimento¹ & Érika Silina de Almeida Meneses¹

¹ Universidade Estácio de Sá, Fortaleza, Brasil

Correspondência: Myllena Sabóia Peixoto de Oliveira, Universidade Estácio de Sá, Fortaleza, Brasil. E-mail: myllenasaboia@hotmail.com

Recebido: Dezembro 31, 2021

Aceito: Julho 03, 2022

Publicado: Setembro 01, 2022

Resumo

A violência é um sério problema de saúde pública que prejudica o bem-estar biopsicossocial das vítimas e consequentemente ocasiona impactos significativos econômica e socialmente. Entretanto, alguns grupos sociais, a exemplo daqueles considerados estigmatizados, estão mais vulneráveis a sofrerem frequentemente atos violentos. Exemplo disso é a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTs). A realidade desse grupo perpassa por manifestações de preconceito e discriminação em virtude da sua identidade de gênero e orientação sexual, que divergem dos padrões heteronormativos vigentes. O Brasil é o país que concentra mais da metade dos assassinatos no mundo contra indivíduos LGBTQ+, portanto é campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Levando em consideração o contexto social em que essa comunidade se encontra, o estresse vivenciado por esses indivíduos resulta em impactos negativos na saúde física e mental, bem como na qualidade de vida. É importante que os profissionais da saúde, especialmente os da Psicologia, estejam atentos e preparados para acolherem e darem suporte qualificado para esse grupo de acordo com suas demandas e necessidades em saúde mental. Considerando as ideias apresentadas, este artigo tem por objetivo identificar os impactos sociais e psicológicos que acometem a comunidade LGBTQ+ por consequência da violência sofrida, a partir da revisão bibliográfica de autores como: Toledo e Pinafi; Perucchi, Brandão e Vieira; Albuquerque e colaboradores; e Francisco e colaboradores.

Palavras-chave: LGBTQfobia, Violência, Psicologia, Saúde Mental.

Abstract

Violence is a serious public health problem that harms the biopsychosocial well-being of victims and consequently causes significant economic and social impacts. However, some social groups, such as those considered stigmatized, are more vulnerable to frequently suffer violent acts. An example of this is the Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite, Transsexual and Transgender (LGBT) community. The reality of this group permeates manifestations of prejudice and discrimination due to their gender identity and sexual orientation, which diverge from the prevailing heteronormative standards. Brazil is the country that concentrates more than half of the murders in the world against LGBTQ individuals, therefore it is a world champion of crimes against sexual minorities. Taking into account the social context in which this community finds itself, the stress experienced by these individuals results in negative impacts on physical and mental health, as well as on quality of life. It is important that health professionals, especially those in Psychology, are attentive and prepared to welcome and provide qualified support to this group according to their demands and needs in mental health. Considering the ideas presented, this article aims to identify the social and psychological impacts that affect the LGBTQ+ community as a result of the violence suffered, based on the literature review of authors such as: Toledo and Pinafi; Perucchi, Brandão and Vieira; Albuquerque and collaborators; and Francisco et al.

Keywords: LGBTQphobia, Violence, Psychology, Mental health.

Resumen

La violencia es un grave problema de salud pública que perjudica el bienestar biopsicosocial de las víctimas y, en consecuencia, provoca importantes impactos económicos y sociales. Sin embargo, algunos grupos sociales, como los considerados estigmatizados, son más vulnerables a sufrir actos violentos con frecuencia. Un ejemplo de esto es la comunidad de Lesbianas, Gays, Bissexuales, Travestis, Transexuales y Transgénero (LGBT). La realidad de este grupo permea manifestaciones de prejuicio y discriminación por su identidad de género y

orientación sexual, que se apartan de los estándares heteronormativos imperantes. Brasil es el país que concentra más de la mitad de los asesinatos en el mundo contra personas LGBT, por lo tanto, es un campeón mundial de crímenes contra las minorías sexuales. Teniendo en cuenta el contexto social en el que se encuentra esta comunidad, el estrés que experimentan estos individuos se traduce en impactos negativos en la salud física y mental, así como en la calidad de vida. Es importante que los profesionales de la salud, especialmente los de Psicología, estén atentos y preparados para acoger y brindar apoyo calificado a este grupo de acuerdo a sus demandas y necesidades en salud mental. Considerando las ideas presentadas, este artículo tiene como objetivo identificar los impactos sociales y psicológicos que afectan a la comunidad LGBT+ como consecuencia de la violencia sufrida, a partir de la revisión bibliográfica de autores como: Toledo y Pinafi; Perucchi, Brandão y Vieira; Alburquerque y colaboradores; y Francisco et al.

Palabras clave: LGBTfobia, Violencia, Psicología, Salud mental.

1. Introdução

Considerada como uma das maiores violações dos direitos humanos, a violência é um sério problema de saúde pública, já que, provoca forte impacto sobre as taxas de morbimortalidade, bem como prejudica a saúde biopsicossocial das vítimas e, conseqüentemente, ocasiona-lhes impactos significativos econômica e socialmente (OMS, 2002).

Embora acometa diferentes estratos sociais, alguns desses grupos estão mais vulneráveis a sofrerem frequentemente atos violentos, a exemplo daqueles considerados estigmatizados. Neste contexto se insere a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTs) (Toledo & Pinafi, 2012).

O Brasil é o país que concentra mais da metade dos assassinatos no mundo contra indivíduos LGBTs, portanto é campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. A condição de ser LGBT+ no Brasil traz repercussões à vida desses indivíduos, que merecem atenção por todos os segmentos sociais.

Dessa maneira, a realidade desse grupo é perpassada por manifestações de preconceito e discriminação em virtude da sua identidade de gênero e orientação sexual, que divergem dos padrões heteronormativos vigentes, podendo vir a ser alvo de violência física, sexual e psicológica, sendo capaz de ter como repercussão a morte (Albuquerque et al., 2016).

Levando em consideração o contexto social em que essa comunidade se encontra, o estresse vivenciado por esses indivíduos resulta em impactos negativos na sua saúde física e mental, bem como na sua qualidade de vida (Albuquerque et al., 2016). Portanto, os desdobramentos como consequência de atos violentos para com a comunidade LGBT+ perpassam tanto por questões de sociabilidade como de saúde, repercutindo negativamente na socialização e realização de atividades cotidianas desses indivíduos.

Segundo Albuquerque e Parente:

a exposição da população LGBT a atos de homofobia e suas variantes, materializados em fenômenos violentos, apresenta forte associação com o aparecimento de distúrbios fisiológicos e mentais, dentre as últimas, com destaque na baixa autoestima e aumento da ideação suicida. (2018, p. 173)

Frente ao cenário em que a comunidade LGBT+ se configura atualmente, no qual seus direitos sociais, de liberdade e de expressividade da diversidade são colocados em questão, revela-se a relevância desta pesquisa pela necessidade de estudos que auxiliem no debate sobre temas que envolvem os indivíduos que a compõem, como também o contexto de violência que os cerca, razão a qual apresenta a relevância científica e social da realização deste artigo.

A partir de indagações, estudos e observações anteriores das condições e do contexto de violência a que a comunidade LGBT+ é exposta, acrescentado pelo interesse na temática, resolveu-se realizar esse artigo, acreditando que, a partir dos resultados, se possa identificar as implicações sociais e psicológicas vivenciadas pela comunidade LGBT+ em decorrência de atos de violência, como compreender a atuação da Psicologia com esse grupo.

2. Material e Métodos

Esse artigo consiste em analisar a violência contra a comunidade LGBT+ e os seus impactos psicológicos e

sociais incidentes sobre ela, o que se dará por meio de uma pesquisa de revisão bibliográfica, de natureza exploratória e descritiva com fundamentação na abordagem qualitativa.

Para Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado, com o objetivo de analisar diversas posições em relação a um tema específico. Segundo este autor a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura bem mais ampla de uma série de fenômenos do que aquela que poderia pesquisar diretamente (Gil, 2010).

Para realizar a busca dos materiais científicos, utilizaram-se as bases de dados Scientific Electronic Library Online (*Scielo*), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e revistas científicas eletrônicas. Tais bases foram escolhidas por serem referência na área de Psicologia, disciplina que aborda a temática escolhida. Foram utilizadas como descritores as seguintes palavras-chaves: homofobia; LGBTfobia; violência; Psicologia; saúde mental. Optou-se, segundo as variáveis de interesse, por 40 artigos dos quais foi realizada a leitura dos resumos, dentre os quais foram selecionados 8 trabalhos na base de dados *Scielo*, 2 na PePSIC, 1 na PROPSIQ, 2 livros, 3 relatórios e 1 monografia para se discorrer sobre na revisão literária, seguindo o processo de construção narrativa.

A partir da seleção dos artigos, estes foram lidos na íntegra e submetidos à análise temática, interpretados e agrupados considerando semelhanças e diferenças entre as informações dos diversos autores para a identificação dos seus respectivos eixos temáticos e núcleos de sentido, como descrito por Bardin (2011).

Definiu-se, como critério de inclusão, o fato de os artigos e relatórios de pesquisas terem sido realizados no Brasil, publicados no idioma Português, estarem disponíveis *on-line*, na íntegra, datados entre os anos de 2010 a 2020, o recorte temporal mais longo se deu por escassez de material publicado sobre o tema, levando em consideração todos os delineamentos metodológicos. Foi estabelecido, como critério de exclusão, as publicações que não atendem aos critérios de inclusão.

Este artigo foi elaborado após a leitura crítica e analítica desses outros trabalhos, atentando-se sempre à ideia central da pesquisa e à leitura de material já publicado, constituído de artigos disponibilizados na internet, procurando situar o assunto em relação aos vários autores pesquisados. Tal processo teve como período da pesquisa o intervalo de fevereiro a novembro de 2020.

3. Resultados e Discussão

Historicamente, a diversidade sexual configura-se como questão de importância para diversos âmbitos da sociedade em épocas diferentes. Isso porque ela já foi considerada um pecado para a teologia, um crime para a jurisdição, uma doença e um transtorno psicológico para a medicina (Freire & Cardinali, 2012).

De acordo com Toledo e Pinafi (2012), algumas características que atualmente são direcionadas sobre a homossexualidade foram provocadas no seio da cultura judaico-cristã, para a qual, de forma arbitrária, homens que matinham relações sexuais com outros homens eram denominadas sodomitas, comportamento que era vinculado a incitações demoníacas.

Portanto, os intitulados sodomitas tinham práticas que não deveriam nem mesmo ser mencionadas, situação provocada pelo fato de que as relações sexuais mantidas por eles não cumpriam a função de reprodução (Freire & Cardinali, 2012). Desse modo, as relações sexuais que eram moralmente aceitas e legitimadas seriam relações que não impossibilitassem a reprodução, ou seja, apenas relações entre sexos opostos (heterossexuais).

Levando em consideração tal realidade, para além de comportamentos libidinosos entre indivíduos do mesmo sexo serem considerados, nesse período, um pecado, tais atitudes também eram consideradas crime. Assim, como citado por Freire e Cardinali (2012), desde os primeiros momentos do Brasil Colônia, relações como essas eram classificadas como criminosas, instalando-se uma verdadeira perseguição contra tais indivíduos de modo a provocar um grande massacre.

Em concordância, Borrillo expõe:

[...] a tradição teológica organiza, ideologicamente, essa forma radical de perseguição contra os homossexuais. Eis a razão pela qual estes são considerados, daí em diante, como indivíduos extremamente perigosos, na medida em que eles se opõem ao que há de mais precioso na ordem da criação: a lei natural, expressão da vontade divina." (2010, p. 54)

Posteriormente, a partir do século XIX, com o saber científico ganhando protagonismo, as relações sexuais entre indivíduos do mesmo sexo, anteriormente vistas como algo externo ao homem, algo de que este não teria

consciência, o que, conseqüentemente, o eximiria de responsabilidade, passam a ser entendidas pelo discurso médico e psiquiátrico como patológico, surgindo o termo homossexualismo (Freire & Cardinali, 2012).

Assim sendo, enquanto inicialmente o que é observado seriam mais os atos e comportamentos do indivíduo do que ele próprio, com a valorização do saber científico, essa ideia se inverte. Portanto, no segundo momento, não se diz mais que o indivíduo é um pecador ou criminoso, este passa a ser olhado como vivendo em um estado permanente de doença (Toledo & Pinafi, 2012).

Já na década de 1980, é presenciado, no Brasil, um cenário de fortalecimento da luta pelos direitos humanos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (Toledo & Pinafi, 2012). As associações e os grupos ativistas, desde então, se multiplicaram pelo país. Sem dúvidas essa luta pela cidadania vem produzindo, desde esse momento, importantes frutos.

Em 1985, o Conselho Federal de Medicina (CFM) retirava a homossexualidade da relação de doenças, antecipando-se até mesmo à Organização Mundial da Saúde (OMS), que, em 17 de maio de 1990, retira a homossexualidade do rol de doenças, fato que marcou essa data como o Dia Internacional da Luta Contra a LGBTfobia (Freire & Cardinali, 2012).

Desse modo, compreende-se que o fenômeno da diversidade sexual está presente na história humana desde as sociedades mais antigas, contudo ao longo do tempo, por interferência de motivos religiosos, políticos e sociais, passou a ser visto com rótulos estereotipados. Desta maneira, a homossexualidade/bissexualidade/transexualidade foi rebatida de muitos modos até atingir o seu status atual de orientação sexual e identidade de gênero (Freire & Cardinali, 2012).

Mesmo com todos os avanços e apesar de todo um movimento social e de um ativismo político por parte da comunidade LGBT+ na luta para garantia dos seus direitos, sobre a existência de outras formas de ser e se relacionar, resguardados na Constituição Brasileira, acompanha-se o contínuo quadro de violência e exclusão que a comunidade LGBT+ vive cotidianamente. Portanto, infelizmente, ser LGBT+ ainda se configura uma situação de risco.

Uma fonte de informação relevante para compreender a proporção da violência infiltrada nas vidas de indivíduos LGBTs são os registros do Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2019, 297 indivíduos LGBTs foram assassinados no Brasil e 32 consumaram suicídio. Por meio de dados do mesmo relatório, o ano 2019 foi o maior em número de agressores presos em flagrante ou poucos dias após os crimes, com (19,76%) nos casos de homicídio.

O preconceito ainda reina, principalmente nas terras nordestinas, região que, segundo o relatório, concentra 35,56% dos casos, o maior índice entre as regiões brasileiras, causando sofrimento e muitas vezes levando à morte. A violência contra as minorias sexuais, que antes era considerada irrelevante pela sociedade, hoje não pode ser ignorada, pois é vista nas diversas camadas sociais.

Em termos absolutos, das 329 vidas perdidas por motivações LGBTfóbicas, predominaram as mortes de indivíduos gays (174). Entretanto, em termos relativos, as pessoas trans representam a categoria sexológica mais vulnerável à mortes violentas.

O total de 118 mortes, se referidas a 1 milhão de travestis e transexuais que se estima existir no Brasil, sinalizam que o risco de uma pessoa trans ser assassinada é aproximadamente 17 vezes maior do que o de um gay (GGB, 2019). Dados da União Nacional LGBT, citados pelo GGB (2019), apontam que o tempo médio de vida de uma pessoa trans no Brasil é 35 anos, menos da metade da expectativa para a população em geral, que é de 75,5 anos, conforme o IBGE.

Com relação à faixa etária das vítimas, esta corresponde à média entre 15 e 34 anos, com maior porcentagem (44,68%), e idade acima dos 60 anos com menor porcentagem (1,51%) conforme GGB (2019).

Entende-se que dar visibilidade a estes números colabora para colocar este tema na pauta do debate público, suscitando avanços não só por parte de instituições públicas, como na própria mobilização da sociedade para coibir casos de preconceito e discriminação.

Os dados aqui apresentados representam histórias de vidas que foram interrompidas por atitudes e comportamentos brutais para com indivíduos LGBTs. De acordo com o GGB (2019), a resposta às mortes violentas de LGBTs no Brasil não deve contemplar apenas ações de segurança pública e justiça, é necessário pensar questões em torno da vulnerabilidade social e promoção de cidadania da comunidade.

Indivíduos que assumem uma identidade de gênero e orientação sexual diversa dos padrões heteronormativos hegemônicos vigentes, ou seja, a não adequação de gênero com o sexo biológico ou a identidade sexual não vista como “natural”, entre o sexo masculino e feminino, têm seus direitos humanos básicos agredidos e encontram-se

em situação de vulnerabilidade (Cardoso & Ferro, 2012).

Muitos comportamentos LGBTfóbicos surgem ainda do medo da equivalência de direitos entre as minorias sexuais e os heterossexuais, uma vez que isso significa, de certa maneira, o desaparecimento da hierarquia sexual estabelecida ao longo da história. De acordo com Freire e Cardinali (2012), a sociedade é composta por grupos oprimidos e privilegiados, e a lei não pode ser cega a estas circunstâncias no processo de criação do direito.

A LGBTfobia se aproxima de outras formas de preconceitos como o machismo, o racismo, a xenofobia, a intolerância religiosa, pois equivale a qualificar o outro (se homossexual, bissexual, travesti, transexual, transgênero) como desigual, inferior, anormal (Perucchi et al., 2014).

Com isso, uma importante questão a ser destacada para se entender a LGBTfobia é que a complexidade e multiplicidade dos atos preconceituosos por conta da sexualidade se ligam com outros marcadores sociais como raça (etnia), classe social, geração, gênero, crença (Perucchi et al., 2014).

Além disso, conforme Perucchi et al. (2014), como qualquer outra espécie de discriminação, a LGBTfobia constitui-se como uma ferramenta que produz e replica uma cadeia de diferenças para defender a exclusão e o domínio de uns sobre outros.

Conforme Resende (2016), a discriminação, o preconceito social, a exclusão e a violência podem levar a comunidade LGBT+, em boa parcela, a um sofrimento psicossocial forte. Além disso, pode produzir sofrimentos mais intensos, como transtornos mentais de diversos tipos, dependência química, automutilação ou mesmo suicídio. Para Francisco *et al.* (2020), “dados como esses demonstram a necessidade do conhecimento de fatores predisponentes relativos à ansiedade entre as minorias sexuais e de gênero”.

De acordo com Perucchi et al. (2014), a LGBTfobia é um fenômeno estruturado e particular, com dimensões psicológicas e sociais que influenciam na vivência individual das pessoas, mas que não termina ali, estendendo-se ao campo das relações sociais. Ao considerar a autenticidade da diversidade sexual, há um realocamento na vida individual e coletiva dessa comunidade, visto que os valores morais são formadores das identidades e das culturas (Perucchi et al., 2014).

Desse modo, a violência perpetrada contra LGBTs é considerada um estressor social que resulta em impactos negativos na saúde mental e na qualidade de vida destes, incluindo um aumento de quase seis vezes para ocorrência de quadros depressivos (Ryan et al., 2009, apud Albuquerque et al., 2016).

Para Francisco et al. (2020), é perceptível que fazer parte desse grupo acarreta uma intensa sobrecarga psíquica a esses indivíduos, o que os faz mais propensos ao adoecimento mental, que, por sua vez, repercute diretamente na perda do desempenho das atividades cotidianas e no sofrimento do indivíduo.

Conforme Francisco et al. (2020), de acordo com pesquisa realizada no Ceará, identificou-se como principais queixas de saúde dessa comunidade: tristeza, baixa autoestima e ansiedade, além de depressão e insônia.

Albuquerque e Parente (2018), em pesquisa realizada também no Ceará com 316 participantes LGBTs, apresentam dados que corroboram as ideias até aqui reveladas. Dentre os participantes da pesquisa, 249 revelaram que sofreram violência psicológica, e, como consequência do ato de violência, 94 apresentam sintomas de ansiedade e 71 de depressão.

Francisco et al. (2020, p. 54) ressaltam que o ou a LGBT, “por medo da repressão e rejeição, passa a viver de acordo com as normas impostas, buscando satisfazer apenas os desejos da população, o que causa intenso sofrimento e interfere diretamente no autoconhecimento, na sua saúde e em suas relações pessoais”.

Diante disso, a comunidade LGBT+ apresenta maior risco para o desenvolvimento de transtornos mentais. Com isso, o aparecimento dos sinais e sintomas desses transtornos estão interligados com a vergonha e o isolamento dessa comunidade devido à intensa discriminação e à ausência de apoio social e familiar, que provoca um alto nível de sofrimento (Francisco et al., 2020).

O apoio da sociedade e da família e a redução da discriminação podem proteger esses indivíduos contra o desenvolvimento de transtornos mentais. Isso enfatiza a importância e necessidade de mudança no comportamento social e cultural (Francisco et al., 2020).

Percebe-se que a LGBTfobia é um grave e relevante problema social, que precisa de medidas institucionais mais claras e específicas para o seu combate, para a proteção e promoção da integridade e liberdade desta comunidade. Uma vez que o preconceito é resultante de diversos fatores inter-relacionados, não há uma solução simples e rápida.

Diante de todo o contexto apresentado aqui até então, a atuação da Psicologia para com indivíduos da

comunidade LGBTQ+ precisa ser baseada em uma atitude ética, respeitosa e livre de preconceitos. De acordo com Toledo e Pinafi:

Não é para adequar o paciente LGBTQ à norma heterosocial vigente que deve se orientar o trabalho terapêutico, ou seja, no sentido de levá-lo à assunção de uma postura que seja a mais asséptica e palatável possível dentro dos padrões heterossexuais, mas sim para forjar possibilidades que disparem processos de subjetivação singulares no lugar onde seu paciente não consegue, ou seja, ajudar o paciente a produzir uma existência na qual sinta que pode habitar sem sofrer. Para tanto, o trabalho terapêutico não deve se ancorar em preceitos morais, religiosos, ou pressuposições heterossexistas que façam referência a um modelo predeterminado de normalidade, de qualquer espécie, em seus posicionamentos analíticos. (2012, p. 152)

Na contramão da atitude de uma Psicologia pautada na ética, tem-se como exemplo o caso da psicóloga do Rio de Janeiro Rozangela Alves Justino, cuja prática clínica é orientada sob princípios religiosos no que se refere à questão da diversidade sexual. Citada em Toledo e Pinafi (2012), em entrevista, Rozangela expõe claramente sua visão sobre LGBTQs, em um trecho que diz: "A heterossexualidade é o padrão, já que o ser humano é um ser criado por Deus, e ele não tem uma forma para gerar homossexuais." Tais posicionamentos são de caráter homofóbico e antiéticos e resultaram em processo ético pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro por irem contra a Resolução CFP nº 01/99.

Portanto, condutas como as de Rozangela são prejudiciais ao cumprimento de uma Psicologia ética. Julgamentos de cunho moral e religioso podem ser geradores de discriminação e estigmas, sendo assim mais uma forma de preconceito disfarçados em um discurso de "pseudo-neutralidade-científica" (Toledo & Pinafi, 2012).

Com isso, levando em consideração indivíduos que compõem a comunidade LGBTQ+ e que podem se encontrar em vulnerabilidade psicossocial, a Psicologia tem papel fundamental por buscar proporcionar um ambiente de acolhimento e de reconhecimento ao indivíduo em sofrimento. Desse modo, Toledo e Pinafi apresentam:

Uma vez que os sujeitos estão subjetivamente situados dentro de uma rede de opressão, tanto exterior quanto interior, deve-se ter como norte que o processo terapêutico demanda: por um lado, uma leitura particularizada que envolve aspectos intrínsecos ao seu processo de subjetivação, por outro, as influências do entorno social nos quais estiveram e estão localizados. (2012, p. 147)

Desse modo, o trabalho realizado pela Psicologia com indivíduos LGBTQs deve possibilitar liberdade plena de outras configurações de existir e ser, não enrijecer o indivíduo em uma identidade fixa. Negar ou desvalorizar a identidade ou orientação sexual do paciente é proporcionar a manutenção de ideias preconceituosas as quais o profissional não deve corroborar.

Portanto, conforme citado por Machado et al., (2016, p. 34) "a prática da Psicologia em saúde mental com LGBTQs deve levar em consideração a diminuição do sofrimento e a aceitação da identidade sexual e de gênero, reconhecendo o preconceito como fator que vulnerabiliza a saúde mental dessa população." Assim, profissionais da Psicologia devem auxiliar os indivíduos a refletirem e externalizarem os seus sentimentos e pensamentos, oferecendo suporte para que consigam reelaborar e trazer novos significados para suas vivências.

A atenção da Psicologia com indivíduos vítimas de violência provocadas por motivações LGBTQfóbicas devem ser redobradas, no sentido de identificar fatores que merecem serem compreendidos com atenção. Para além de possibilitar um ambiente seguro e acolhedor, profissionais da Psicologia devem atentar-se a questões voltadas não somente para a violência sofrida e reconhecer o risco de suicídio, bem como a fatores de risco e proteção, os quais são de grande importância nesse cenário.

Por fim, como apresentado por Toledo & Pinafi (2012), o objetivo do atendimento psicológico voltado aos indivíduos LGBTQs não é fazer com que estes sintam-se normais, mas sim que vivam sua subjetividade de forma autônoma e singular, que sintam que podem existir sem sofrimento, assumindo e apreciando sua diferença.

4. Considerações Finais

Apesar de direitos legalmente garantidos, muitos LGBTQs são vítimas diariamente de atos desumanos. A convicção, por parte de alguns indivíduos, de que há um modo de expressar a sexualidade superior a outros é ainda bastante enraizada na sociedade. De fato, perceber a sexualidade como sendo algo inflexível reforça visões

que podem vir a impulsionar atitudes e comportamentos preconceituosos e discriminatórios.

Diante disso, percebe-se grande influência de concepções religiosas e posicionamentos conservadores que limitam e excluem outras formas de existir além das condutas impostas e validadas pela heteronormatividade, aniquilando a possibilidade de pertencimento de indivíduos LGBTs ao meio social como algo próprio da expressão humana.

Em decorrência da naturalização desses fatores, são disseminadas violências aparentes e silenciosas que geram consequências físicas e mentais graves, podendo levar as vítimas a desenvolverem transtornos, cometerem suicídio e até serem assassinadas.

A Psicologia tem papel fundamental no auxílio desses indivíduos na intenção de possibilitar a diminuição do sofrimento decorrente da violência e das suas implicações. Profissionais da área devem atentar-se ao processo social que resulta na vulnerabilidade e no adoecimento dessa comunidade, bem como identificar a existência ou falta de políticas públicas que facilitem a criação de estratégias para o enfrentamento a todas as formas de discriminação sexual e de gênero.

Por fim, compreendendo a necessidade de mais pesquisas sobre o tema e a partir disso, de acordo com as informações e discussões até aqui realizadas, espera-se que esse artigo possa contribuir para dar visibilidade ao assunto e mobilizar os profissionais a desenvolverem novos estudos. Através de informação e diálogo, barreiras levantadas pelo preconceito são minimizadas e novas formas de perceber e compreender o mundo e as relações vão surgindo.

5. Referências

- Albuquerque, G. A., Parente, J. S., Belém, J. M., & Garcia, C. D. L. (2016). Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. *Saúde em Debate*, 40(109), 100-111.
- Albuquerque, G. A., Parente, J. S. (2018). Violência perpetrada contra o grupo LGBT: Interfaces com desordens fisiológicas e psicológicas nas vítimas. *Revista eletrônica Tempus*, 11(4), 171-183.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Borrillo, D. (2010) *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Cardoso, M. R., Ferro, L. F. (2012) Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. Brasília: *Psicol. cienc. prof.*, 32(3), 552-563.
- Francisco, L. C. F. D. L., Barros, A. C., Pacheco, M. D. S., Nardi, A. E., & Alves, V. D. M. (2020). Ansiedade em minorias sexuais e de gênero: uma revisão integrativa. *J. bras. psiquiatr.*, 69(1), 48-56.
- Freire, L., Cardinali, D. (2012). O ódio atrás das grades: da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia. *Sex. Salud Soc.*, 12, 37-63.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ed. São Paulo: Atlas.
- GGB (2019). Grupo Gay da Bahia. *Relatório de mortes violentas de LGBT+ no Brasil, 2019*. Salvador: GGB. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>. Acesso em: 24 set 2020.
- OMS (2002). Organização Mundial de Saúde. *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: WHO.
- Perucchi, J., Brandão, B. C. & Vieira, H. I. dos S. (2014). Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. Natal: *Estud. psic.*, 19(1), 67-76.
- Resende, L. S. (2016). *Homofobia e violência contra população LGBT no Brasil: uma revisão narrativa*. 2016. Monografia (Curso de Saúde Coletiva), Universidade Federal de Brasília, Brasília. Disponível em: https://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/16212/1/2016_LiviaDaSilvaRezende_tcc.pdf Acesso em: 23 ago. 2020.
- Toledo, L. G., Pinafi, T. (2012). A clínica Psicológica e o público LGBT. *Psic. Clin.*, 24(1), 137-163.

Copyrights

Copyright for this article is retained by the author(s), with first publication rights granted to the journal.

This is an open-access article distributed under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution license (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).